

*Handwritten signature*

**Reunião Ordinária** – Acta nº 18/2011

**Data** – 2011-07-25

**Início** – 14.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 15.30 horas

**Presenças:**

**Presidente** Rui Miguel dos Santos Serrano (em substituição)

**Vereadores**  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis  
António Manuel de Santana Maia Leonardo  
António Manuel Belém e Ferreira Coelho  
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

Não esteve presente na reunião a Presidente da Câmara, por se encontrar de férias.



Resumo Diário da Tesouraria de 22-07-2011:

a) Dotações Orçamentais.....	2.428.174,30€
b) Dotações não Orçamentais.....	128.967,49€

Total das Disponibilidades .....	2.557.141,79€
----------------------------------	---------------



O Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos,

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

2  
Câmara

## **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

### **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**

O Vice-Presidente da Câmara começou por referir que a Presidente da Câmara se encontra de férias, razão pela qual assume a presidência da reunião de câmara.



**Nº 29** – Em seguida, apresentou uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, na sequência de um pedido do Centro Social, Cultural, Recreativo e Desportivo de Água das Casas para dispensa do pagamento de taxas correspondentes ao licenciamento de recinto improvisado, ruído, autorização para serviços de restauração e bebidas, afixação de cartazes e actividade, para realização das festas anuais em Água das Casas, nos dias 29, 30 e 31 de Julho de 2011. – 32234

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 116,22€ (cento e dezasseis euros e vinte e dois cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Deu conta de uma notícia publicada no Diário de Notícias do passado fim-de-semana que faz alusão aos azeites produzidos no concelho de Abrantes. Disse que também o noticiário da SIC apresentou uma reportagem sobre o mesmo tema, inclusivamente com entrevistas aos produtores, dando conta da forte componente da exportação na produção dos azeites locais.



Por fim, deu conhecimento que irá estar de férias no período de 1 a 16 de Agosto de 2011.

2  
C

### **VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS**

O Vereador Manuel Jorge Valamatos começou por referir que estará de férias de 1 a 15 de Agosto de 2011.



Em seguida informou que decorreu nos dias 23 e 24 de Julho duas provas de Triatlo, que se destacaram pelo regresso de Vanessa Fernandes e pelo número de inscrições realizadas, tendo contado com a presença de 570 atletas nas duas provas.



De conta ainda que decorrerá nos dias 27 e 28 de Agosto de 2011 o Torneio Internacional Iniciados de Futebol que conta com a presença, entre outras equipas estrangeiras, da selecção do concelho de Abrantes e das equipas do Benfica, Porto, Sporting e Braga.



### **VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO**

O Vereador Belém Coelho deu conhecimento que não comparecerá na próxima reunião de Câmara, no dia 8 de Agosto, por se encontrar de férias, e que em breve irá informar no sentido da sua substituição.



Em seguida leu uma declaração subscrita pelos Vereadores do PSD relativa a actas da reunião de câmara, que se anexa à presente acta, por ser extensa. - 33313



Por último, apresentou também uma declaração subscrita pelos Vereadores do PSD relacionada com o resultado dos Censos 2011, que também se anexa à presente acta, por ser extensa. - 33468



### **VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO**

O Vereador Santana Maia Leonardo apresentou dois pedidos de esclarecimentos dos Vereadores do PSD sobre concursos de pessoal, que por serem extensos, se anexa à presente acta. - 33420 e 33373

*2*  
*Coelho*

## **VEREADOR CARLOS ARÊS**

Em resposta à declaração lida pelo Vereador Belém Coelho a propósito das actas, o Vereador Carlos Arês, disse que ouviu o seu nome a ser novamente invocado, pensou de finalmente lhe vir a ser apresentado um pedido de desculpas prometido pelo Vereador Santana Maia.

Mas, mais uma vez se trata de um ataque à sua pessoa, que não percebe. Começa a ficar preocupado. Deve ter mais importância do que aquela que julga que tem, para ser agora o alvo permanente dos ataques do PSD para tentar justificar o injustificável.

Disse nada ter a ver com os pedidos de agendamento das propostas apresentadas, nem com eventuais atrasos. Só foi chamado a esse processo, sem a sua intervenção, porque os Vereadores do PSD consideravam que era necessário o seu nome para serem discutidas as propostas. Nem sabe como há-de qualificar este permanente jogo, esta insistência e esta quezília relativamente a si. Já respondeu, na altura, muito contidamente e sem a publicidade que foi dada à questão por parte dos Vereadores eleitos pelo PSD.

Neste momento esta situação já extravasa aquilo que é normal. Quem vir isto de fora pensará que há aqui um grupo de pessoas que não sabem mais o que hão-de fazer para além disto. Não quer fazer parte desse grupo, pelo que vai ter que tomar uma posição e apresentar uma declaração mais detalhada, no sentido de tentar transmitir, de uma vez por todas, qual a sua posição relativamente a esta questão.

Pediu, mais uma vez que os Vereadores do PSD façam a sua oposição, mas que o deixem em paz.

O Vereador Belém Coelho disse que, quanto a quezílias, não tem nenhuma, nem tem nenhuma questão pessoal com o Vereador Carlos Arês. Tudo o que disse anteriormente está documentado e pode ser consultado.

O Vereador Santana Maia para terminar, e em relação à tal entrevista, disse que a atitude do Vereador Carlos Arês foi muito mais condenável do que a sua. A haver uma questão de troca de pedidos de desculpas, por a actuação do Vereador Carlos Arês ter sido mais grave, deveria ter sido apresentado por parte do Vereador Carlos Arês. Mas, em política, não estamos aqui para pedir desculpas.

Efectivamente todos cometem erros. Os Vereadores do PSD estavam em erro e imediatamente, quando se aperceberam disso e em reunião de câmara disseram que estavam enganados. Em relação às propostas de agendamento do PSD, os Vereadores do PSD laboraram em erro. Estavam convencidos de que seriam necessárias três assinaturas para que as propostas fossem agendadas no prazo legal. Estavam enganados. O Vereador Carlos Arês agiu com reserva mental, o que é mais grave. Ele sabia que as propostas para serem agendadas, bastava darem entrada na Câmara Municipal no prazo de 5 dias e permitiu que os Vereadores do PSD continuassem enganados. Sabia que as propostas deveriam ter sido agendadas, pelo que lhe cabia alertar para isso, mas calou-se.

O Vereador Carlos Arês disse que o Vereador Santana Maia, como profissional da justiça, tem obrigação de, nas análises que faz, não saltar imediatamente para conclusões. Disse não ter agido com reserva mental. Nunca percebeu, do comportamento dos vereadores do PSD, que o que estivesse a ser pedido fosse o agendamento das propostas. Mais uma vez disse, que para ele, os Vereadores do PSD traziam propostas para serem discutidas imediatamente e o

*Cat*

executivo maioritário socialista não aceitava as propostas à discussão. A análise política que fazia era que os pedidos subsequentes eram insistências dos Vereadores para demonstrar que os elementos do Partido Socialista não estavam abertos à discussão, forçando-os à recusa. Nunca viu as propostas como um pedido de agendamento, porque entendeu que isso nunca esteve em dúvida. Qualquer elemento da Câmara pode solicitar a inclusão de um assunto na ordem de trabalhos, sem necessidade de o apresentar na reunião, cabendo à Presidente da Câmara a gestão do seu agendamento.

Disse ter sido isto que pensou e que se passou, pelo que o Vereador Santana Maia não tem o direito de o acusar de ter agido com reserva mental. Questionou, então o Vereador Santana Maia porque não solicitou antes que subscrevesse as propostas, se era essa a sua convicção.

O Vereador Santana Maia disse que pode ter sido feita essa sua leitura pelo Vereador Carlos Arês. Mas acrescentou que a primeira proposta apresentada, por e-mail com assinatura digital, ou por carta registada, não foi agendada, pelo que passaram a trazer as propostas em mão para que todos soubessem que foram apresentadas, solicitando o seu agendamento.



## ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### Divisão Administrativa e de Modernização

**Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
30326	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Martinchel	Festas anuais em honra de São Miguel	2, 3 e 4.09.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recinto improvisado;</li> <li>Ruído;</li> <li>Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>Afixação de cartazes</li> </ul>	100,05€
30338	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fontes	Festas anuais em honra de Nª Srª da Assunção	12, 13, 14 e 15.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recinto improvisado;</li> <li>Ruído;</li> <li>Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>Afixação de cartazes</li> <li>Actividade</li> </ul>	118,20€
30140	Associação Moradores de Amoreira	Festejos de Verão	5, 6 e 7.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recinto improvisado;</li> <li>Ruído;</li> <li>Afixação de cartazes</li> </ul>	37,45€

Acta da reunião de 25 de Julho de 2011

*2*  
*et*

30680	Freguesia de Mouriscas	XIX Feira de Artesanato e Gastronomia /Festas de Verão	12, 13, 14 e 15.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recinto improvisado;</li> <li>Ruído;</li> <li>Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>Afixação de cartazes</li> </ul>	102,03€
30589	Casa do Povo se São Miguel do Rio Torto	Festas anuais	5, 6, 12, 13 e 14.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ruído;</li> <li>Afixação de cartazes</li> </ul>	25,04€
31796	Cruz Vermelha Portuguesa	Arraial para angariação de fundos	06.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recinto improvisado;</li> <li>Ruído;</li> <li>Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>Actividade</li> </ul>	33,49€
32035	Grupo Folclórico e Etnográfico da Freguesia de Alvega	XXVII Festival de Folclore	5, 6, 7.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recinto improvisado;</li> <li>Ruído;</li> <li>Actividade;</li> <li>Afixação de cartazes</li> </ul>	53,62€

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

## **DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

### **Divisão de Cultura e Turismo**

**Nº 2 - Proposta de Deliberação do Vice-Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine-Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
30810	Orfeão de Abrantes	Dia Mundial da Música	01.10.2011	Cedência do auditório do Cine-Teatro São Pedro	129,16€

**Deliberação:** autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

*2*  
*Calisto*

**Nº 3 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, remetendo para aprovação um pedido apresentado pelo Rotary Clube de Abrantes no sentido de lhe ser autorizada a cedência da utilização do Castelo de Abrantes e a permissão para visitar a exposição patente na Igreja de Santa Maria do Castelo, no dia 26 de Julho, para realização de um jantar nos jardins do Castelo seguido de visita guiada, pelas 21.30h à exposição do MIAA – Antevisão III. – 30550

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a utilização do espaço do Castelo de Abrantes e do Jardim, bem como a visita à exposição patente na Igreja de Santa Maria do Castelo, no dia 26 de Julho.



### **Divisão de Educação e Acção Social**

**Nº 4 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, remetendo para ratificação os seguintes pareceres emitidos a 18 de Julho a pedido do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida: - 32190

- 1. "Tendo em conta o número de salas existentes na Escola E.B.1 n.º 3 de Abrantes, pertencente ao Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, e o número de alunos matriculados para frequentar a mesma, a Câmara Municipal de Abrantes dá parecer favorável ao funcionamento de turmas em regime duplo, uma vez que não é possível acolher todos os alunos em regime normal.  
Este funcionamento em regime duplo, implica três turmas de manhã e três de tarde, permitindo também a oferta das Actividades de Enriquecimento Curricular naquela escola, o que até então não tinha sido possível.  
A acrescentar que o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida assegura o pessoal não docente para o acompanhamento de todos os alunos desta escola."*
- 2. Tendo em conta o número de salas existentes na Escola E.B.1 de Pego, pertencente ao Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, e o número de alunos matriculados para frequentar a mesma, a Câmara Municipal de Abrantes dá parecer favorável ao funcionamento de turmas em regime duplo, uma vez que não é possível acolher todos os alunos em regime normal.  
Este funcionamento em regime duplo, não interferirá na oferta das Actividades de Enriquecimento Curricular, uma vez que a escola dispõe de espaços alternativos e com todas as condições para o bom funcionamento das mesmas.  
A acrescentar que o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida assegura o pessoal não docente para o acompanhamento de todos os alunos desta escola."*

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar os pareceres emitidos pelo Vice-Presidente da Câmara em 18 de Julho de 2011.

*2*  
*Cet*

**Nº 5 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão**, respeitante a uma informação da Divisão de Educação e Acção Social – Serviço de Educação, datada de 21 de Julho de 2011, que remete, para aprovação, a atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados do 1º ciclo, para o ano lectivo de 2011/2012.

Para atribuição dos subsídios, propõe que se mantenham os valores correspondentes a cada escalão do 1º ciclo e aprovados na Reunião de Câmara de 23 de Maio de 2005, designadamente: 49,30€ para o escalão A e 29,16€ para o escalão B.

O montante global dos subsídios a atribuir é de 20.029,78€, sendo que 14.839,30€ corresponde ao escalão A e 5.190,48€ ao escalão B.

Mais informa que a despesa em causa sofrerá alterações, sobretudo ao longo dos meses de Setembro - Novembro, pelo facto de poderem surgir alunos transferidos de outros concelhos e/ou outras situações a considerar. – 32701

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídios escolares, no montante global de 20.029,78€ (vinte mil e vinte e nove euros e setenta e oito cêntimos), distribuídos aos respectivos Agrupamentos Escolares, conforme listagem anexa à presente informação da Divisão de Educação e Acção Social.



## **Divisão de Desporto e Juventude**

**Nº 6 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos**, referente a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da Associação de Desenvolvimento Cultural Palha de Abrantes, a solicitar autorização para a utilização gratuita do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Piscina de Ar Livre), de 8 crianças e 5 monitores, pelo período de 12 dias úteis.

Mais informa que os custos inerentes a esta isenção são no valor total de 282,60€ (duzentos e oitenta e dois euros e sessenta cêntimos). – 30672


**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa total do pagamento de taxas pela utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Piscina de Ar Livre), no valor total de 282,60€ (duzentos e oitenta e dois euros e sessenta cêntimos), de acordo com a referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 7 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, remetendo para aprovação a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Atletismo de Santarém para a realização do Campeonato Nacional da III Divisão, no valor de 1000€ (mil euros). – 29954





**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Atletismo de Santarém para a realização do Campeonato Nacional da III Divisão, no valor de 1.000€ (mil euros).

## **DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

### **Divisão de Projectos e Empreitadas**

**Nº 8 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano,** respeitante à Informação nº 202 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 20 de Julho de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.893, no valor de 209.568,39€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais, por realizar na empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes".

Tendo sido entregue a factura no montante de 147.334,66€, com o auto nº 9, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 44.200,40€, que corresponde a 30% do valor do auto, de acordo com nº 2 do art. 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 202 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, com conhecimento ao empreiteiro.



**Nº 9 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano,** relativa à Informação Nº 189 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 12 de Julho de 2011, a dar conta que José Manuel da Silva Fidalgo, adjudicatário da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Bemposta", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 189 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar o adjudicatário que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e

*Acta da reunião de 25 de Julho de 2011*

atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 192 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Julho de 2011, a dar conta que a sociedade Mendes & Gonçalves, adjudicatária da empreitada de "Centro de Interpretação do Tejo Ibérico - Miradouro e Cais da Barca em Tramagal", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 192 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 11 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 193 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Julho de 2011, a dar conta que a sociedade J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Rio de Moinhos", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 193 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

2  
Cote

Alertar o adjudicatário que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 12 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 194 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Julho de 2011, a dar conta que a sociedade J. Gomes – Sociedade de Construções do Cávado, S.A., adjudicatária da empreitada de “Construção do Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis – Margem Sul - Abrantes”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 193 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar o adjudicatário que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 13 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 195 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Julho de 2011, a dar conta que a sociedade Construforte – Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda., adjudicatária da empreitada de “Centro de Interpretação do Tejo Ibérico – Cais de Rio de Moinhos”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da

*Acta da reunião de 25 de Julho de 2011*

Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 195 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar o adjudicatário que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.  
À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 197 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 19 de Julho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Requalificação, Arruamentos em Tramagal – Passeios (EN 118)", adjudicada à sociedade Asibel – Construções, S.A., para efeitos de recepção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 15 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 199 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 19 de Julho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Aquapolis – Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes – Margem Norte – Acessos e Linhas de Água", adjudicada à sociedade Lena – Engenharia e Construções, S.A., para efeitos de recepção definitiva.

**Deliberação:** aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

**Nº 16 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 200 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 19 de Julho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Internet Data Center Médio Tejo Digital", adjudicada à sociedade Tecnorém - Construções Cíveis e Obras Públicas, Lda., para efeitos de recepção definitiva.

**Deliberação:** a Por unanimidade, provado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 198 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 19 de Julho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Campo de Baseball - Cidade Desportiva de Abrantes", adjudicada à sociedade Lena - Engenharia e Construções, S.A., para efeitos de recepção definitiva final.

**Deliberação:** Por maioria com a abstenção do Vereador Carlos Arês, aprovado o auto de recepção definitiva final, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

O Vereador Carlos Arês absteve-se por considerar que esta obra foi um erro no tempo. Admite que, depois de outras infra-estruturas desportivas esta pudesse vir a ser realizada, e que todos os concelhos aspiram ter todo o tipo de infra-estruturas desportivas, mas esta veio antes de tempo e foi uma obra que qualificaria como um capricho.

O Vereador Manuel Jorge Valamatos disse que a opinião do Vereador Carlos Arês era legítima e democrática, no entanto esclareceu as razões que motivaram a realização deste investimento nessa altura. Salientou que a decisão tomada assentou em diversos factores de oportunidade, entre eles a necessidade de intervir no espaço, mas não obrigando a transferência dos campos de ténis do alto de Santo António para o local, a inexistência de campos de basebol no país e o enquadramento do investimento nos fundos comunitários, etc.

Referiu ainda que o Campo de Baseball não se destina apenas ao basebol porque são realizadas muitas outras actividades, quase todos os fins de semana, como o Raguebi, o Futebol e outros campeonatos, e que, ao contrário do que pode parecer à priori o Baseball movimenta muitas pessoas.

O Vereador Santana Maia Leonardo ditou para a acta a seguinte declaração:

*"É do conhecimento público a posição dos Vereadores eleitos pelo PSD relativamente à construção do Campo de Baseball. No entanto, também é verdade que o campo já estava construído quando fomos eleitos, pelo que a Câmara Municipal não pode agora deixar de aprovar o auto de recepção definitiva final, como é óbvio."*

2  
ستون

## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

### **Nº 18 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, datada de 18 de Julho de 2011, com o seguinte teor:

*"Na sequência de pedido apresentado em 08.03.2010, quando desconhecidos outros interessados e antes da vigência da Lei n.º 11/2011, de 26 de Abril, e com base nas regras do Parque Industrial Zona Norte de Abrantes, a Câmara Municipal de Abrantes deliberou em 29.03.2010 a alienação do lote ESP06 a interessado, tendo vindo a ser aprovada minuta de contrato de promessa pela Câmara Municipal de Abrantes em 17.01.2011 e posteriormente assinado o referido contrato com a Sociedade BON TON, SA, com as condicionantes aí referidas, designadamente de demonstração de a sociedade ter as autorizações e licenças necessárias para o exercício da actividade, destinando-se expressamente a parcela a instalação de Centro de Inspeções de Veículos a Motor.*

*Entretanto, após a publicação da Lei n.º 11/2011, de 26 de Abril, vários promotores têm manifestado interesse na disponibilização por parte do Município de terreno para instalação de centro de inspecção (supostamente com valências idênticas às do primeiro pedido).*

*De acordo com a referida Lei, só será concedida uma autorização por parte do IMTT para instalação de centro de inspecção no Município de Abrantes.*

*Porque ao Município compete dar condições de igualdade a todos os interessados, por um lado, mas porque, por outro, também deve o Município respeitar os compromissos assumidos, e não havendo interesse em desencadear litígio imediato sobre o objecto de contrato promessa, embora com consciência de que só é possível a instalação de um centro, proponho que o Município coloque à disposição de todos os interessados, que manifestarem interesse, para venda, o lote CS 113, que se efectivará com o promotor contemplado com o título autorizador adequado do IMTT.*

*A parcela será alienada ao promotor que obtiver a autorização do IMTT em alternativa ao terreno primeiro disponibilizado, sendo certo que só um dos terrenos será efectivamente alienado.*

*A alienação está contudo dependente da conclusão do processo de alteração ao Plano de Pormenor do Parque Industrial de Abrantes, Zona Norte, cuja discussão pública terminou em 20.07.2011 e, relativamente ao qual, se prevê a submissão à aprovação da Assembleia Municipal em Setembro do corrente ano.*

*Mais proponho que se delibere proceder à publicação de edital em conformidade."*

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a proposta de deliberação.



**Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência da informação da Chefe da DOGU 28/11/EC, datada de 20 de Julho de 2011, relativa ao processo de loteamento 242/08 – Colinas do Tejo, propondo que, nos termos do disposto no artº 148º do Código do Procedimento Administrativo, se rectifique a deliberação de Câmara Municipal de 18 de Abril de 2011, ponto 46, porquanto que, por lapso, na informação técnica/jurídica e no requerimento do interessado, sobre os quais a deliberação incidia, foram referidos os lotes 22 a 26, quando deveriam ter sido indicados os lotes nº 22 a 25 e 31, de acordo com o processo em loteamento.

*Acta da reunião de 25 de Julho de 2011*

2  
At

**Deliberação:** Por unanimidade, rectificado o ponto 46 da acta da reunião de 18 de Abril de 2011, devendo: **onde consta:** "(...)aprovar o pedido de isenção de IMT relativamente aos lotes 22 a 26, como consequência da exclusão dos referidos lotes do loteamento "Colinas do Tejo" (...) "**passar a constar:** "(...)aprovar o pedido de isenção de IMT relativamente aos lotes 22 a 25 e 31, como consequência da exclusão dos referidos lotes do loteamento "Colinas do Tejo" (...) "

À Assembleia Municipal para aprovação nos termos agora rectificad



**Nº 20 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por Ismael Roldão, Sociedade Unipessoal, Lda, com sede na Quinta do Pisco em Sardoa, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente ao lote CS 113, com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte. - 32033

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que o Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes se encontra em processo de revisão, estando a decorrer a discussão pública sobre a mesma com terminus no dia 20 de Julho de 2011, após o que será elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e que, nesta revisão, para o local em causa a pretensão e enquadrável.

Mais certificar que, após conclusão do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, lote CS 113 com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



**Nº 21 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por Mário Gil Videira Vicente, residente na Av. Fontes Pereira de Melo, 35 - 4º G, em São Sebastião da Pedreira - Lisboa, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente ao lote CS 113, com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte. - 32102

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que o Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes se encontra em processo de revisão, estando a decorrer a discussão pública sobre a mesma com terminus no dia 20 de Julho de 2011, após o que será elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e que, nesta revisão, para o local em causa a pretensão e enquadrável.

Mais certificar que, após conclusão do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, lote CS 113 com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



**Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por Cetial – Centro Técnico Automóvel do Liz, Lda., com sede na Rua do Olival s/n – Marrazes – Leiria, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente ao lote CS 113, com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte. - 32142

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que o Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes se encontra em processo de revisão, estando a decorrer a discussão pública sobre a mesma com terminus no dia 20 de Julho de 2011, após o que será elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e que, nesta revisão, para o local em causa a pretensão é enquadrável.

Mais certificar que, após conclusão do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, lote CS 113 com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



**Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por Cetial – Centro Técnico Automóvel do Liz, Lda., com sede na Rua do Olival s/n – Marrazes – Leiria, no sentido de ser informado sobre a possibilidade de proceder à utilização de fracção de edifício existente em, Alferrarede, inscrito na matriz predial sob o artº 2772, destinado a um centro de inspecção de veículos automóveis e quais os condicionamentos a que deverá obedecer, com a área total de intervenção de 758 m<sup>2</sup>, nos termos do artº 110º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção. - 32147

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que a parcela de terreno, delimitada nas plantas de localização anexas ao processo, se situa dentro do Perímetro Urbano de Abrantes, em Espaço Urbano de Preenchimento e Expansão em Alta Densidade – Vale de Rãs (P.E.13), conforme previsto no Artº 41º do Regulamento do PUA – Plano de Urbanização de Abrantes, em vigor. Para o Espaço Urbano de Preenchimento e Expansão em Alta Densidade – Vale de Rãs (P.E.13), os condicionamentos previstos para o local, são os definidos no Artº 41º:

1. Natureza da ocupação e da utilização do solo
  - a) Área geograficamente central, de características e funções vincadamente urbanas, articula-se entre o centro (zona mais elevada) de Abrantes e as áreas urbanas a Norte;



- b) Contém uma zona, assinalada na Planta de Zonamento como área proposta para equipamentos colectivos, adequada à instalação de unidades funcionais centrais, nomeadamente comerciais e de serviços, assim como de equipamentos colectivos que necessitem de boa acessibilidade.
2. Condições de ocupação do solo
- a) A ocupação destas zonas deverá ser objecto de Plano(s) de Pormenor, que privilegie o espaço público como espaço de excelência da cidade, integrador de funções e actividades;
- b) Não serão permitidos novos entroncamentos com a Avenida D. João I, para além dos definidos pelo Plano de Urbanização, e os existentes deverão ser requalificados nas suas características, por forma a salvaguardar a hierarquia viária da cidade e o papel que esta via representa em termos de acessibilidades;
- c) A área de impermeabilização, não poderá exceder 75% da área do lote ou parcela de terreno;
- d) Indicadores urbanísticos (valores máximos):

Loteamentos e Planos de Pormenor		Licenciamentos (índice à parcela)		Loteamentos, PP e licenciamentos
D.b	IC.b	COS	Cércea	Altura
(fogos/ha)	(m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	(m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	(pisos)	(m)
50	0.60	0.60	4	15

- e) Nas parcelas com área igual ou superior a 400m<sup>2</sup> poderão ser construídos até dois fogos, em edifício único.

Mais deverá certificar-se que a instalação de um centro de inspecção automóvel se enquadra no Regulamento do Plano de Urbanização de Abrantes.



**Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por Marcão & Marcão Lda., com sede em Coalhos – Pego, em Abrantes - no sentido de ser informado sobre o instrumento de planeamento territorial em vigor para uma parcela de terreno sita em Coalhos – Pego, em Abrantes, bem como os indicadores urbanísticos máximos previstos nesse plano para as operações de edificação, conforme previsto na alínea a) do artº 110º do Decreto Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção. – 32061

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que a parcela de terreno, delimitada nas plantas de localização anexas ao processo, se situa dentro do Perímetro Urbano do Pego, em Zona Industrial, conforme previsto no Artº 37º do Regulamento do PUP – Plano de Urbanização do Pego, em vigor.

Para a Zona Industrial, os condicionamentos previstos para o local, são os definidos no Artº 37º.

A Zona Industrial delimitada na Planta de Zonamento destina-se a integrar unidades existentes, à realocação de oficinas, lagares e armazéns existentes em outras zonas onde o

uso principal não é esse, e à implantação de novos estabelecimentos do tipo 3 e 4 conforme legislação em vigor, laboratórios de pesquisa e análise, armazéns, depósitos, oficinas, edifícios de natureza recreativa e social de apoio às zonas industriais e escritórios.

Mais certificar que a instalação de um centro de inspecção automóvel se enquadra no Regulamento do Plano de Urbanização do Pego.



**Nº 25 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por José Gomes da Costa, residente em Vale Porco, Estrada Nacional 241, em Proença a Nova, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente ao lote CS 113, com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte. - 32457

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que o Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes se encontra em processo de revisão, estando a decorrer a discussão pública sobre a mesma com terminus no dia 20 de Julho de 2011, após o que será elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e que, nesta revisão, para o local em causa a pretensão é enquadrável.

Mais certificar que, após conclusão do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, lote CS 113 com a área de 7.108m<sup>2</sup>, do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



**Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência de um pedido apresentado por Maria da Luz Pereira da Silva Esteves Pereira, residente na Av. António Farinha Pereira, 34, em Alferrarede, na qualidade de co-proprietária do imóvel a que corresponde o artigo matricial nº 3522, da Freguesia de Alferrarede, no sentido de ser informada de que o local reúne as condições necessárias para a instalação de um Centro de Inspeção Técnica de Veículos. - 32721

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que a parcela de terreno, delimitada nas plantas de localização anexas ao processo, se situa dentro do Perímetro Urbano de Abrantes, em Espaço Urbano de Preenchimento e Expansão em Alta Densidade - Alferrarede (P.E.11), conforme previsto no Artº 41º do Regulamento do PUA - Plano de Urbanização de Abrantes, em vigor. Para o Espaço Urbano de Preenchimento e Expansão em Alta Densidade - Alferrarede (P.E.11), os condicionamentos previstos para o local, são os definidos no Artº 41º:

1. Natureza da ocupação e da utilização do solo

- a) Área geograficamente central, de características e funções vincadamente urbanas, articula-se entre o centro (zona mais elevada) de Abrantes e as áreas urbanas a Norte;

- b) Contém uma zona, assinalada na Planta de Zonamento como área proposta para equipamentos colectivos, adequada à instalação de unidades funcionais centrais, nomeadamente comerciais e de serviços, assim como de equipamentos colectivos que necessitem de boa acessibilidade.
2. Condições de ocupação do solo
- a) A ocupação destas zonas deverá ser objecto de Plano(s) de Pormenor, que privilegie o espaço público como espaço de excelência da cidade, integrador de funções e actividades;
- b) Não serão permitidos novos entroncamentos com a Avenida D. João I, para além dos definidos pelo Plano de Urbanização, e os existentes deverão ser requalificados nas suas características, por forma a salvaguardar a hierarquia viária da cidade e o papel que esta via representa em termos de acessibilidades;
- c) A área de impermeabilização, não poderá exceder 75% da área do lote ou parcela de terreno;
- d) Indicadores urbanísticos (valores máximos):

Loteamentos e Planos de Pormenor		Licenciamentos (índice à parcela)		Loteamentos, PP e licenciamentos
D.b	IC.b	COS	Cércea	Altura
(fogos/ha)	(m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	(m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	(pisos)	(m)
50	0.60	0.60	4	15

- e) Nas parcelas com a área igual ou superior a 400 m<sup>2</sup> poderão ser construídos até dois fogos, em edifício único.

O Plano de Urbanização de Abrantes prevê a execução de um arruamento a norte da edificação existente e respectivo raio de concordância com a Av. António Farinha Pereira.

Mais deverá certificar-se que a instalação de um centro de inspecção automóvel se enquadra no Regulamento do Plano de Urbanização de Abrantes.



**Nº 27** - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



## Divisão de Serviços Urbanos

**Nº 28** - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, remete a informação nº 239 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 13 de Julho de 2011, a dar conta do ofício recebido da SCUTVIAS que informa que se encontra concluída a

implantação da sinalética solicitada pela Câmara Municipal de Abrantes, na sequência de proposta apresentada pelos Vereadores do PSD, para a Rotunda do Olho de Boi.

Mais refere que a colocação dessa sinalética já foi confirmada localmente pelos serviços. - 16864

**Tomado conhecimento.**



### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e quinze minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**

**A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**



## PARA AVIVAR A MEMÓRIA

### Declaração

25 de Julho de 2011



Na última reunião, o senhor vereador Carlos Arês disse que o não agendamento das propostas dos vereadores eleitos pelo PSD, no prazo legal (5 dias), deveu-se apenas ao facto de estes nunca terem requerido o seu agendamento.

Ora, impõe-se reavivar a memória dos senhores vereadores para evitar que a passagem do tempo vá metamorfoseando os acontecimentos ao sabor das conveniências:

(I) Acta de 3/5/2010 - fls.8 e 9:

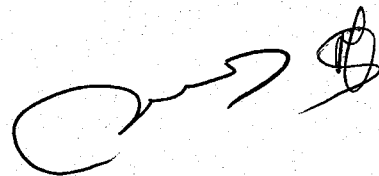
*«O Vereador António Belém Coelho apresentou o seguinte requerimento dos Vereadores eleitos pelo PSD: "Os vereadores do PSD vêm requerer o agendamento das suas propostas de deliberação sobre: (1) encerramento da Escola EB 2,3 de Alvega; (2) segurança de peões em zonas críticas do centro histórico; (3) abertura das comportas do açude de fiscalização da zona envolvente; (4) observância do princípio do pluralismo no boletim "Passos do concelho" e no portal da Câmara de Abrantes; (5) transporte e atendimento dos doentes das localidades sem médico e apoio domiciliários dos acamados.*

*Tratam-se de propostas que não requerem estudos especiais, nem encargos elevados para o município, sendo, no entanto, essenciais e urgentes para a qualidade de vida e da democracia no concelho».*

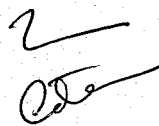
(II) Acta de 7/6/2010 - fls.14:

*«O Vereador Belém Coelho entregou, depois, um requerimento dos vereadores eleitos pelo PSD, conforme se transcreve:*

*"Os vereadores do PSD vêm requerer, mais uma vez, o agendamento das suas propostas de deliberação: (1) Revitalização do centro histórico (construção do centro*

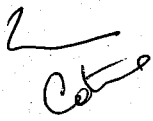
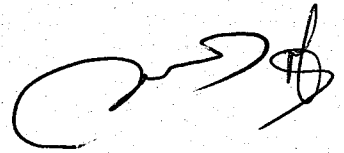


*de saúde e re/instalação de serviços, abertura ao trânsito da rua da Nossa Senhora da Conceição e estudo sobre o trânsito), apresentada em 2 de Dezembro de 2009; (2) Observância do princípio do pluralismo no boletim "Passos do Concelho" e no portal da Câmara de Abrantes, apresentada em 12 de Abril de 2010; (3) Transporte e atendimento dos doentes das localidades sem médico e apoio domiciliário dos acamados, apresentada em 19 de Abril de 2010; (4) Segurança de peões em zonas críticas do centro histórico, apresentada em 19 de Abril de 2010; (5) Encerramento da Escola EB 2,3 de Alvega, apresentada em 26 de Abril de 2010; (6) Abertura das comportas do açude e fiscalização da zona envolvente, apresentada em 26 de Abril de 2010; (7) Participação ao Ministério Público das graves afirmações do dr Alves Jana sobre a origem de grande parte das peças da colecção Estrada e suspensão imediata da colaboração da Dr.ª Isilda Jana, apresentada em 10 de Maio de 2010. (8) Elaboração e aprovação do regulamento do FINSocial e realização, até ao próximo dia 12 de Junho, das obras de conservação, pintura e limpeza dos edifícios sitos no Tramagal onde decorre o evento DIA MUNDIAL DO DADOR DE SANGUE, apresentada em 24 de Maio de 2010; (9) Colocação da sinalética do posto da PSP nos principais cruzamentos e rotundas, apresentada em 31 de Maio de 2010.»*



Face à recusa sistemática do agendamento das nossas propostas e ao silêncio de todos os vereadores perante esta manifesta ilegalidade, os vereadores eleitos pelo PSD não tiveram outra alternativa a não ser participar ao Ministério Público, dando conhecimento público das suas razões, em comunicado à imprensa de 11/6/2010 (vide: <http://amar-abrantes.blogs.sapo.pt/177756.html>), que termina da seguinte forma:

*«Face ao exposto e perante a recusa reiterada, deliberada e consciente da senhora presidente da câmara em cumprir a lei, não resta outra alternativa aos vereadores do PSD que não seja a de participar a situação ao Ministério Público com vista a garantir que a lei se cumpra e sejam respeitados os mais elementares direitos da oposição nas reuniões da Câmara Municipal de Abrantes.»*



E não fora isso e ainda hoje as nossas propostas estariam metidas na gaveta a aguardar a chegada à Câmara de uma maioria verdadeiramente democrática, que respeite a legalidade e os direitos da oposição.

Quanto à alegada denúncia caluniosa que o vereador Carlos Arês referiu insistentemente ter sido cometida pelos vereadores eleitos pelo PSD, importa esclarecer os restantes vereadores do conceito de "denúncia caluniosa" para que não sejam induzidos em erro pela sua utilização inapropriada.

Denúncia caluniosa é um crime contra a realização da justiça e comete-o quem, consciente da falsidade da imputação, denunciar ou lançar sobre determinada pessoa a suspeita da prática de um crime com a intenção de, contra ela, se instaurar um processo criminal.

Ora, como é óbvio, os vereadores eleitos pelo PSD não manifestaram qualquer intenção de que fosse instaurado qualquer processo criminal contra os restantes vereadores, nem lançaram sobre estes qualquer suspeita de terem praticado qualquer crime.

O que os vereadores eleitos pelo PSD se limitaram a dizer foi que, na reunião de 27/6/2011, a senhora presidente e o senhor Carlos Arês tinham procurado reescrever actas anteriores, ao afirmarem nessa reunião que tinham dito em reuniões anteriores coisas que não tinham ficado na acta: o vereador Carlos Arês, relativamente à sua posição sobre o centro de saúde (acta de 27/6/11 - fls.8), que diverge do que consta da acta respectiva (acta 28/6/10 - fls.11 e 12); a senhora presidente, relativamente ao processo da RPP Solar, quando refere que informou os vereadores, na reunião em que a proposta foi apresentada e na reunião em que foi votada, de que já decorria no ministério público uma investigação sobre a RPP Solar e que tal informação só não ficou a constar da acta a seu pedido. Aliás, na última reunião, a senhora presidente voltou a insistir neste ponto, ainda que tal não conste da acta que nos foi enviada para aprovação. E, se alguém aqui tem dúvidas disto, requer-se, desde já, que se ouça a gravação das duas últimas reuniões.

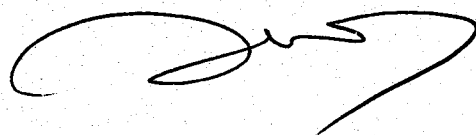
SANTANA-MAIA LEONARDO

ANTÓNIO BELÉM COELHO

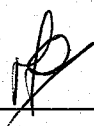
VEREADORES

2  
Coelho

Os Vereadores

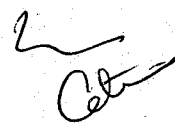
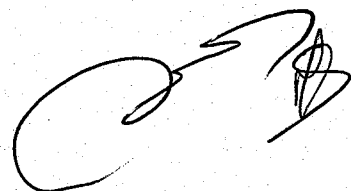


(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)





## O CONCELHO DE ABRANTES NO CENSO DE 2011

### Declaração

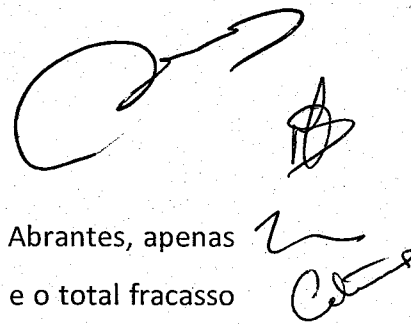
25 de Julho de 2011

Infelizmente, o resultado do censo 2011 no que se refere ao Concelho de Abrantes não constituiu qualquer surpresa para os vereadores eleitos pelo PSD.

A este propósito basta ler a nossa primeira intervenção pública sobre a freguesia do Tramagal, em 04/11/2008, e de que transcrevemos este extracto (vide post «Freguesia do Tramagal» de 04/11/2008):

*«Pensar que o desenvolvimento e crescimento do concelho de Abrantes passa pela concentração dos investimentos na cidade de Abrantes é tão estúpido e criminoso como pensar que o desenvolvimento de Portugal passa pela concentração de investimentos na região de Lisboa. Os países e os concelhos são como as pessoas: se a cabeça crescer à custa das outras partes do corpo, chega uma altura em que o pescoço não pode com o peso da cabeça. Sem um crescimento harmonioso de todas as partes do corpo, a própria cabeça fica em risco de vida que é, aliás, o que está a suceder com a cidade de Abrantes, onde a concentração de investimento na cidade apenas tem conseguido esvaziar as freguesias (ou seja, provocar o definhamento do corpo), sem conseguir inverter a perda de importância regional, quer da cidade de Abrantes, quer do concelho. Veja-se como a política pouco inteligente levada a cabo pelo Partido Socialista e pelo Executivo Municipal de querer obrigar os jovens das freguesias a transferirem-se para a cidade de Abrantes, esvaziando as freguesias, está a levar os jovens a estabelecerem-se, não em Abrantes, mas nas outras cidades do Médio Tejo, com destaque para Entroncamento e Torres Novas.*

*Acréscce que a Câmara Municipal de Abrantes, ao agir desta forma, deixa de ter qualquer autoridade para criticar o modelo de desenvolvimento nacional assente na concentração de investimentos na região de Lisboa, uma vez que o seu modelo de desenvolvimento para o concelho, afinal, é rigorosamente o mesmo.»*



Ora, o resultado do censo de 2011, no que respeita ao concelho de Abrantes, apenas vem demonstrar a falta de visão dos autarcas socialistas abrantinos e o total fracasso do modelo de desenvolvimento implementado pelos sucessivos executivos socialistas no nosso concelho.

Com efeito, Abrantes apresenta a maior perda de habitantes, em números absolutos (2783 habitantes), de entre todos os municípios do Distrito.

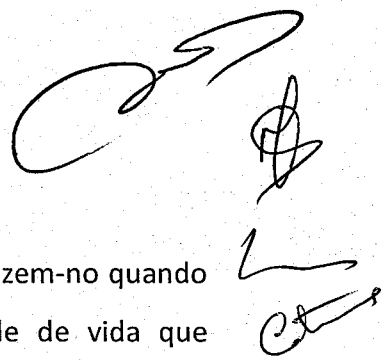
Continuamos a ter em Abrantes dois movimentos migratórios distintos: um fluxo de habitantes das freguesias de características mais rurais para as de características mais urbanas, nomeadamente S. Vicente; um outro fluxo cujo destino é para fora do concelho.

Consequentemente, ao concentrar uma enorme fatia do investimento na zona urbana, desprezando a maioria das freguesias rurais, tendo, muitas delas, perdido serviços importantes para as populações no seu território, condenaram-se estas, inevitavelmente, a uma desertificação progressiva.

Registe-se que, tendo em atenção os ganhos de população das freguesias urbanas e tendo em conta o saldo negativo de 2783 habitantes, a sangria sofrida por aquelas freguesias situa-se de 2001 para cá, na ordem dos 3670 habitantes, qualquer coisa como 15% da população. E este movimento tem tido tendência a acelerar, sendo certo que, em termos qualitativos, estes 15% são, na sua esmagadora maioria, de população na idade activa.

De notar ainda que, mesmo na freguesia (urbana) de S. João, existiu uma diminuição de população, a que certamente não será estranho também o definhamento da zona do centro histórico, apesar de todo o dinheiro que aqui se tem gasto e continua a gastar. Aliás, a política de dar com uma mão o que se retira com a outra nunca pode dar bons resultados.

Mas, a par deste fluxo interno, a efectiva perda de população do concelho traduz também a falência da intenção de colocar Abrantes como um pólo de desenvolvimento e atracção regional.



As pessoas não saem do seu concelho, da sua terra, de ânimo leve: fazem-no quando não encontram meios de subsistência suficientes e/ou a qualidade de vida que procuram (embora a primeira condição seja eliminatória).

É por demais evidente que o Município não tem usado da melhor forma todas as ferramentas que podem diferenciar o concelho, tornando-o efectivamente mais competitivo (PDM, Planos de urbanização, IMI, Derrama, participação no IRS, etc, etc), como temos denunciado, sistematicamente, em diversas e repetidas intervenções.

Com efeito, optou-se por investir em equipamentos, sobretudo de lazer, e, na sua esmagadora maioria, centralizados na sede do concelho, em vez de se dar prioridade a políticas de atracção e fixação de pessoas.

É óbvio que ninguém contesta a importância de equipamentos de lazer como um contributo essencial para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Mas, sem criar as condições económicas para a sustentabilidade, um modelo assente em equipamentos de lazer implode por si próprio, criando custos de manutenção e exploração cada vez mais incontroláveis.

Por outro lado, os sucessivos *flops* dos anunciados investimentos privados no concelho (até pela publicidade que se lhes deu a nível nacional) têm não só acentuado o sentimento de desilusão e humilhação dos abrantinos como têm contribuído para desacreditar o concelho no panorama nacional e regional, fazendo com qualquer novo anúncio seja já recebido com sorrisos de troça e de descrédito.

Consequentemente, Abrantes tem visto partir de forma continuada os seus cidadãos mais qualificados e mais bem preparados, por força de não encontrarem na sua terra a ocupação desejada. E esse movimento vai-se generalizando e acentuando.

Logo, o concelho vai ficando menos competitivo, menos povoado e cada vez mais envelhecido.

O resultado dos censos de 2011 veio contradizer, em absoluto, os slogans socialistas "*Abrantes, terra boa para viver e para trabalhar*" e "*Abrantes Mais (isto e aquilo)*", por mais bem intencionados que possam querer ser.

Com efeito, o que nos disse o censo de 2011 é que Abrantes, por força do modelo de desenvolvimento implementado pelos executivos socialistas, é **CADA VEZ MENOS**.

2  
05/9

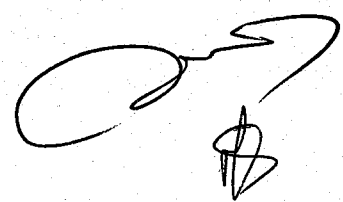
Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



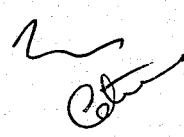
(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



CONCURSOS PUBLICADOS NO D.R. - 2ª SÉRIE : Nº27 DE 8/2/2011

Pedido de esclarecimento

25 de Julho de 2011



Da simples leitura em diagonal do procedimento concursal publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 27, de 8 de Fevereiro de 2011, fica-se com a clara sensação de que o posto de trabalho para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Engenharia Topográfica), para a Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística (Ref. 3), já está destinado e a uma bacharel.

Com efeito, como se explica que, exigindo-se, para todos os postos de trabalho colocados a concurso, a licenciatura, na Ref.3 do ponto 2, quando se faz a descrição sumária das funções, se diga o seguinte: «Ref. 3 — *Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, inerentes ao respectivo bacharelato*»????!!!!....

Conforme se pode constatar em todas as outras referências, nem sequer foi mencionado o grau académico, sendo que, na refª 3, é mencionado especificamente o bacharelato, sendo certo que isso está em contradição com o facto de, na mesma publicação, se ter pedido a licenciatura em Engenharia Topográfica.

Isto, então, ainda se torna mais evidente quando se lê o ponto 6.1 (Nível habilitacional): (I) Ref. 1 — Exige-se a Licenciatura em Administração Pública ou Licenciatura em Administração Pública e Autárquica; (II) Ref. 2 — Exige-se a Licenciatura em Arquitectura; (III) Ref. 3 — Exige-se a licenciatura em Engenharia Topográfica, com a possibilidade de substituição do nível habilitacional, permitida nos termos do n.º 2 do Artigo 51.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, por, cumulativamente, Bacharelato em Engenharia Topográfica e experiência profissional, no desempenho de funções semelhantes às descritas no mapa de pessoal para este posto de trabalho.

Ou seja, só o concurso da Refª 3 é que prevê a substituição do nível habilitacional por Bacharelato.

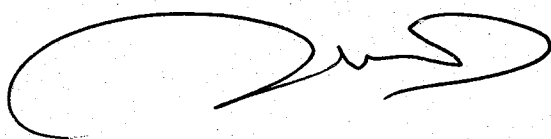
Nos restantes é vedada essa hipótese.

Ora, qualquer pessoa, por muito ingénua que seja, não pode deixar de concluir que o concurso da Ref. 3 está destinado a uma bacharel.

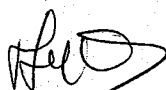
Tendo em conta todos estes pressupostos e ao abrigo da transparência a que toda a administração pública se encontra vinculada (Código do Procedimento Administrativo), os vereadores eleitos pelo PSD solicitam os seguintes esclarecimentos:

- (I) se houve candidatos com licenciatura e experiência profissional que se candidataram ao concurso da Ref. 3 (Licenciatura em Engenharia Topográfica);
- (II) se se candidatou ao referido concurso alguma bacharel;
- (IV) e se vai ser a bacharel que vai ganhar o concurso.

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



**CONCURSOS PUBLICADOS NO D.R. - 2ª SÉRIE : Nº129 DE 7/7/2011**

**Pedido de esclarecimento**

**25 de Julho de 2011**



Sobre o tema de concursos de recrutamento de pessoal, como é sabido, foram muitas e extensas as nossas intervenções e alertas constantes sobre os mais evidentes actos de violação de regras legais, com especial enfoque nos concursos abertos para Divisão de Educação e Acção Social.

E caso alguém ainda considere que a nossa denúncia não passava de meras especulações ou simples oposição política, pode agora comprovar a veracidade das nossas intervenções (os tais concursos feitos à medida), uma vez que os candidatos admitidos aos concursos anteriormente citados já tomaram posse.

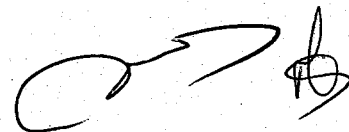
Contudo, não podemos deixar de nos congratular pela melhoria no rigor da publicação no DR, II Série, de 07/07/11, para abertura de procedimentos concursais para ocupação de vários postos de trabalho.

Pelo menos, os nossos alertas e chamadas de atenção produziram algum efeito.

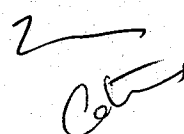
Na verdade, apesar de se continuar a verificar, nalgumas licenciaturas, o não cumprimento do nº1, do art.º 43, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que determina que, a cada carreira que se desdobre, corresponde um conteúdo funcional legalmente descrito, no que concerne à constituição dos júris o bom senso e adequação de formação académica melhorou substancialmente.

No entanto, não pode deixar de se estranhar que, quanto ao ponto 6.2 do aviso de abertura, se refira expressamente que «*Para efeitos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, o recrutamento circunscreve-se a trabalhadores com relação jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida*», quando tal restrição não constou em anteriores concursos publicados.

Sendo certo que, nos termos da lei, o concurso não pode circunscrever-se apenas a candidatos com contrato indeterminado.



Aliás, o que refere o artigo em causa é que «o recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado nas modalidades previstas no n.º 1 do artigo 9.º inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida».



Tal não implica, obviamente, que os candidatos sem relação jurídica de emprego por tempo indeterminado não se possam candidatar.

Por esse motivo é que, nos municípios onde prevalece a transparência nas relações entre cidadãos e a administração pública, nos concursos de recrutamento de pessoal, as listas de candidatos admitidos a concurso são fixadas separadamente: numa constam os candidatos com contrato por tempo indeterminado e noutra os restantes.

Quanto ao desenrolar do procedimento concursal, apenas realizam a prova de conhecimentos escrita os candidatos com contrato por tempo indeterminado e, só se estes não forem aprovados para a entrevista, é que os outros candidatos admitidos são chamados a prestar provas.

Como em anteriores concursos não constava tal ressalva e por coincidência os candidatos admitidos não tinham relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, esperemos que, desta vez, tal restrição não vise exclusivamente a admissão de candidatos que estejam a desempenhar funções em carreiras de nível de complexidade inferior ou noutros casos em situação de mobilidade.

Tal seria uma verdadeira discriminação e ausência severa de uma política de recursos humanos isenta e equitativa face a outros funcionários que anteriormente se candidataram, detentores de contrato por tempo indeterminado e, inclusive, a desempenharem funções nesta autarquia.

**Tendo em conta todos estes pressupostos e ao abrigo da transparência a que toda a administração pública se encontra vinculada (Código do Procedimento Administrativo), os vereadores eleitos pelo PSD solicitam os seguintes esclarecimentos:**

**(I) existem funcionários nesta Câmara Municipal, com conhecimentos**



especializados e experiência, bem como com as licenciaturas exigidas, que estejam precisamente a desempenhar as funções mencionadas para as diversas licenciaturas, no aviso de abertura do DR, II Série, de 07/07/11;

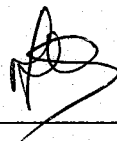
(II) em caso afirmativo, quais são os funcionários, qual a carreira onde estão inseridos e qual o tipo de contrato de relação jurídica de emprego de que são detentores.

2  
CJ

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



# MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 20/07/2011

Folha : 2

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/07/25

PROCESSO		REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
06.01	10000521	2010/12/13	RJE	11000111	2011/01/27	0503218987 ARITIMVEST - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE RUA 1.º DE MAIO, N.º 11 CND0018417	ampliação alojamento turístico MONTE DA VARZEA CASA BRANCA	11000539	DES	2011/07/20
2011.07.11: Aprovado nos termos da informação.										
T E O R										

\*\*\* processado por computador \*\*\*  
\*\*\* sistemas InforUje \*\*\*